



## **Corpos escolarizados, disciplinados e domados: a Escola Cívico-Militar como redentora da educação pública?**

Robson Ferreira Fernandes<sup>1</sup>

Para início de conversa, nessa breve apresentação, dialogo com a música de resistência da educação crítica, pensadora e questionadora, *Another brick in the wall* (1979)<sup>2</sup>, da banda britânica Pink Floyd, que ainda é muito contemporânea para os novos projetos reformadores da educação. No cenário visual da música, o clipe, temos uma representação maquinária da sala de aula que se ancora no molde repressivo do poder e nos diversos padrões que corrompem a identidade dos múltiplos sujeitos discentes. Nela, o professor é o controlador que indica a própria educação reprodutora e uma das características é extinguir o pensamento crítico, configurando corpos em recortes sequenciais de uma não pluralidade, de intolerância com a diversidade. Escola da zona de controle, manutenção da narrativa da vigilância, punição, objeto e alvo de poder. Corpo, que segundo Foucault (1987, p. 117), “se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. Na realidade, a canção nunca foi tão atual, especialmente no Brasil, com a implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), obra estrutural de um dos projetos na área da educação no governo de Jair Messias Bolsonaro.

A educação transformadora, defendida nos parâmetros da pluralidade democrática e constitucional, permite com que os/as estudantes conheçam, critiquem e transformem a realidade em que vivem. A educação crítica, principalmente na área do Ensino de História, parte da profunda insatisfação gerada por uma sociedade injusta e da vontade de transformá-la. A falta de senso crítico na formação de crianças e jovens condiciona a não

---

<sup>1</sup> Doutorando em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e professor da Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. E-mail: rofefe23@gmail.com

<sup>2</sup> “Outro tijolo na parede”, tradução nossa.





integralidade da democracia. Qual educação queremos? Ou seremos mais um tijolo na arquitetura obscura, gélida e controladora da escola?

O texto também questiona e argumenta sobre o discurso da disciplina militar que se opõe à disciplina cidadã. Disciplinas que, a partir de métodos (FOUCAULT, 1987, p.118), “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade”. É função da escola formar para a cidadania, mas essa, nos valores democráticos, republicanos, laicos. Coordenar estratégias para a formação crítica a partir da realidade social posta e não utópica. A escola cívico-militar em parceria com sujeitos militares vem para controlar comportamentos e condutas fora das regras (disciplinas), essas últimas apresentadas posteriormente quando há uma abordagem sobre o programa das escolas cívico-militares (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Regras e disciplinas de quem e para quem? Não se faz utilizar os conflitos e a participação, o protagonismo como necessário para o desenvolvimento de competências, habilidades e valores. É a contenção de situações que merecem a punição.

Nas últimas décadas, acompanhamos a valorização da diversidade humana nos marcos legais que regem a educação no país, na defesa dos direitos humanos, na luta feminista e LGBTQIA+; e o modelo do PECIM, organizado e implementado, também dá uma resposta a esses avanços. Ele surge como uma forma de um setor da sociedade que ainda defende que a obediência, que determinadas pautas, como gênero, política, religião, têm que ficar longe da escola e da formação dessas crianças e jovens. Como se a autoridade, a obediência e a disciplina na perspectiva militar fossem dar conta dos diversos desafios e obstáculos que a sociedade e a escola têm.

Esse texto é uma proposição reativa ao PECIM com o compromisso ético do rigor científico, bem como um arcabouço reflexivo acerca dos corpos disciplinados, da instituição escolar, dos atravessamentos da ordem, do poder e de outros princípios da pedagogia militar.





## **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: os esforços de Bolsonaro na Educação**

Não era novidade, desde os seus primórdios, que a pasta da Educação no país durante a efetivação do governo de Jair Messias Bolsonaro iria passar por uma grande reconfiguração. Acolhedor de pautas ultraconservadoras, o presidente não se aquietou nos esforços produzidos para a implementação das escolas cívico-militares (crença na salvação da educação pública a partir do PECIM), da luta contra a chamada “ideologia de gênero”, na diminuição e cortes de recursos financeiros para escolas e universidades; do apoio a decisão das famílias por escolherem um ensino “tradicional”, “sem partido” e sem “professores/as de esquerda”; ou seja, o governo precarizou e ideologizou a educação em todos os níveis.

No Ministério da Educação (MEC), já passaram cinco ministros de estado envolvidos em grandes escândalos como a existência de um “gabinete paralelo”, onde denúncias apontavam a transferência de verbas federais para pastores; as diversas falas homofóbicas, capacitistas e transfóbicas; as polêmicas de um currículo duvidoso; o pedido a diretores de escolas que lessem para os/as estudantes uma carta que terminava com o slogan da campanha de Bolsonaro nas eleições, e que filmassem e enviassem os vídeos para o MEC; as tentativas de revisionismo histórico nos livros didáticos de História, como a negação do golpe civil-militar de 1964; os erros e problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2019 e a intervenção de reitores de universidades federais. A educação em crise posta nesse governo fez aumentar o debate acerca do homeschooling (educação familiar) e o avanço do PECIM no território brasileiro.

Escrito por Gilson Passos de Oliveira<sup>3</sup>, Marialba da Glória Garcia Carneiro<sup>4</sup>, Wladimir Bezerra Luz<sup>5</sup> e Bárbara Bianca Bronzo de Pinho<sup>6</sup>, “PECIM: um modelo de gestão de

---

<sup>3</sup> Diretor da DECIM.

<sup>4</sup> Gerente de Projetos da DECIM, especialista em Gestão Educacional.

<sup>5</sup> Coordenador-Geral da CGIME/DECIM, especialista em Gestão Estratégica.

<sup>6</sup> Consultora, Mestre em Educação.





excelência para a educação básica” é o artigo inicial do livro *O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de pesquisadores, gestores e educadores das Escolas Cívico-Militares*, organizado por Gilson Passos de Oliveira e Cecília Leite Oliveira (2022). O escrito em sua composição apresenta o contexto inicial do programa, sua identidade, seus eixos estruturantes e considerações sobre a realidade educacional no país. O PECIM foi implementado pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 (BRASIL, 2019) e o

seu modelo nacional deveria estar baseado nos modelos conduzidos pelas Forças Armadas e pelas Polícias Militares com as adaptações necessárias para ser aplicado na Rede Pública Regular brasileira. Ao propor um modelo nacional aplicável a qualquer escola estadual ou municipal, o MEC buscou respeitar as singularidades existentes, ao mesmo tempo em que se apropriou dos aspectos essenciais da gestão adotada nos diferentes colégios militares. Muitas adaptações se fizeram necessárias, entre elas, governança, questões disciplinares, uniformes, projeto político-pedagógico, entre outras. [...] O programa não apresenta uma nova modalidade para a educação básica, mas um modelo de gestão para escolas que apresentem dois fatores: I – Alunos em situação de vulnerabilidade social, onde normalmente se verifica a ocorrência de altos índices de violência, influência do tráfico de drogas, prostituição, baixos índices de saneamento urbano e precariedade de condições habitáveis; II – Escolas com IDEB inferior à média municipal, estadual ou nacional (OLIVEIRA *et al.*, 2002, p. 16-17).

Existe uma identidade que padroniza a nível nacional o programa, bem como atribui orientações e diretrizes para gestores/as das instituições escolares. O Projeto Valores, o civismo e os uniformes fazem parte desse cenário que sistematiza ações da pedagogia militar.

O Projeto Valores tem na sua essência “o desenvolvimento de atividades baseadas em valores a serem trabalhados durante o ano escolar, de maneira transversal, interdisciplinar e contextualizada, comprometido com a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos” (OLIVEIRA *et al.*, 2022, p. 31). Os valores que tanto o PECIM se apropria são civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito (BRASIL, 2021).





Um pilar fundamental para assegurar os princípios do programa é o civismo, que de forma generalizada, se define como “respeito aos valores de uma sociedade, de suas instituições e das responsabilidades e deveres do cidadão. Outrossim, pode-se conceituar como dedicação pelo interesse público ou pela causa da pátria civismo ou patriotismo” (OLIVEIRA *et al.*, 2022, p. 32). O PECIM propõe três dimensões para esse valor: 1 – dimensão ética que norteia a ação humana, 2 – dimensão normativa que respeita as regras de convivência, e a 3 – dimensão identitária que defende a cidadania e sua cultura. A integralidade disciplinar no desenvolvimento de um/a estudante não se preenche somente no território escolar; esses sujeitos transitam em vários espaços e são atravessados por vivências diversas, gostos e desejos, memórias e histórias. Para Foucault (1987, p. 119), “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. Portanto, pode uma escola cívico-militar disciplinar um/a estudante na sua totalidade, sem levar em conta a sua individualidade? O que há em comum entre uma escola cívico-militar, uma escola pública (sem o PECIM) e uma escola privada? As escolas de forma geral levam em conta as individualidades e subjetividades? Inquietações e provocações que ainda permitem análises, pois elas diferem entre si principalmente em relação ao financiamento, forma de ingresso, gestão e na proposta didático-pedagógica, o que demonstra a reportagem “As diferenças entre escola militar, cívico-militar e pública”, do Centro de Referências em Educação Integral, escrito por Ingrid Matuoka (2019).

Ainda pensando a identidade do PECIM, os esforços para a garantia dos uniformes escolares são objetos materiais da padronização e do coletivo. Não significa que escolas públicas (não cívico-militares) e escolas privadas não propõem o uso do uniforme. O uso dos trajes identificadores da escola “trazem consigo ensinamentos valiosos aos alunos, como o cuidado com a higiene, a sociabilidade e a postura. Constituem-se como fatores primordiais na apresentação pessoal do aluno o uso correto do uniforme, o zelo com cada uma de suas peças, a limpeza e o asseio pessoal” (OLIVEIRA *et al.*, 2022, p. 32). Estar na fronteira do não atendimento ao regimento institucional é ser conduzido/a para a





margem da punição e/ou exclusão: a não efetivação de uma matrícula e/ou manifestações contrárias de pertencimento da escola. Para uma escola pública e com falta de investimento por parte de governos, onde existem situações discentes de vulnerabilidade econômica, a compra de uniformes é um grande desafio para a garantia do direito à educação. Em algumas escolas públicas existem campanhas de doações de uniformes dos/as estudantes que já deixaram a instituição escolar, e recebimento dos governos em períodos prolongados, mas que não atende a todos/as. Na escola cívico-militar, o uniforme é recebido gratuitamente e com o logotipo do PECIM, respeitando o Guia de Comunicação Visual Escolas Cívico-Militares: a marca, os usos indevidos da marca, a tipografia, as cores para sinalização etc. (BRASIL, 2020).

Segundo a reportagem do Jornal da Universidade, escrita por Iana Gomes de Lima, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), datada de 09 de julho de 2020, intitulada de “Escolas cívico-militares: na contramão da democracia”<sup>7</sup>, a reflexão nos condiciona para compreender que há uma homogeneização do ensino nas escolas do PECIM, levando em consideração os valores brasileiros, os da família, atendendo a tradição e a ordem moral. Pensando bem, a quais valores que se quer propagar? Qual família se quer enfatizar? Ainda na matéria, é destacado que o governo de Jair Bolsonaro tem usado os colégios militares para legitimar a proposta do PECIM, intencionando que possuem uma boa imagem social. Faz-se saber, entretanto, que os colégios militares diferem das escolas públicas, principalmente o que tange o processo de seleção, que se apresenta criterioso. Iana ainda comenta que “o PECIM faz um ataque à democracia ao classificar o ensino público como ineficiente e de má qualidade. Parece, portanto, haver o entendimento de que a restauração dos ‘valores brasileiros e da família’, bem como a homogeneização, não precisa ser para todos(as), mas, sim, para alguns(mas): aqueles(as) que frequentam as instituições públicas de ensino”.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [Escolas cívico-militares: na contramão da democracia - \(ufrgs.br\)](https://www.ufrgs.br/revista/Escolas-civico-militares-na-contramao-da-democracia). Acesso em: 24 dez. 2022.





Pode o modelo de escola cívico-militar atender os princípios da gestão democrática, como apresenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia? Caso contrário, quem denuncia as práticas abusivas e autoritárias (impor, ditar o que é certo e/ou errado, mandar etc.) de sujeitos que detém o poder nas escolas cívico-militares? E quando há omissão/negligência em casos de assédio sexual cometidos por militares dentro dessas instituições de ensino, como exemplificam os casos de Blumenau<sup>8</sup> e de Florianópolis<sup>9</sup>, ambos em Santa Catarina, a quem recorrer? Essas instituições por terem uma infraestrutura com vários espaços de convivência e estudo (exemplos: lousas digitais nas salas de aula, laboratórios de informática, de ciência da natureza, bibliotecas, salas de estudo, ginásio coberto, refeitórios amplos, salas climatizadas etc.), apresentam outros resultados em provas e olimpíadas nacionais, porque destoam das demais escolas públicas em situações de insustentabilidade e precariedade no país, como demonstra a reportagem “Escola Cívico-Militar é uma opção para todo o país? Veja prós e contras”, escrita por Rayane Moura (2020). Os esforços nos investimentos financeiros não são iguais, caminham em trilhos diferentes. Para alguns/mas defensores/as do projeto de militarização, o êxito do programa nas escolas vem para atender o “fracasso e a decadência” da escola pública.

Portanto, me cubro de contestações para orientar o debate: a qual futuro se direciona a escolarização de discentes que integram o PECIM no tempo presente? Qual caminho o Ensino de História percorre numa instituição que nos solicita deixar para fora dos muros nossas percepções da realidade atual, das demandas democráticas contemporâneas, do mundo contemporâneo? O que pretende o PECIM com o disciplinamento dos corpos de crianças e jovens em processo de escolarização?

---

<sup>8</sup> Disponível em: [Policia é investigado por possível relacionamento com aluna de Colégio Militar em Blumenau \(omunicipioblumenau.com.br\)](https://omunicipioblumenau.com.br) Acesso em: 24 dez. 2022.

<sup>9</sup> Disponível em: [Bom Dia Santa Catarina | Alunas relatam assédio em escola cívico-militar de Florianópolis | Globoplay](https://globoplay.com.br) Acesso em: 24 dez. 2022.





## **Obedecer e baixar a cabeça: a escola doma e disciplina**

As relações de poder hierárquicas na escola nos são muito familiares quando estamos preenchidos pelo exame, coração da disciplina, onde existem múltiplas operações nas articulações institucionais, que atravessam o tecido social. A formação do saber percorre as relações de poder, porque “o poder disciplinar não pune, somente; ele também recompensa. Seu objetivo é produzir corpos dóceis; corpo que se manipula, se modela, se treina e obedece; corpo cujas forças se multiplicam, se torna hábil; corpo útil” (EIZIRIK, 2002, p. 64). O poder criou a escola e seus movimentos na história. A disciplina, que se apresenta em várias perspectivas, sempre esteve em consonância com o que é entendido por escola, onde

muitos são os estudos que comprovam a disciplinarização do ensino e a utilização do exame como estratégia de controle e vigilância; muitos são, também, os que denunciam as diferentes formas de “libertação” desses dispositivos, como engendadores de outras formas, talvez mais sutis, de poder, e que produzem diferentes tipos de aprisionamento. Um exemplo pode ser dado: a simetria na sala de aula, onde se deseja escapar dos papéis de controle e de superioridade do conhecimento e se cai, muitas vezes, no extremo oposto – a ausência do professor da sua função de ensinar, esvaziando o sentido da escola (EIZIRIK, 2002, p. 62-63).

Existe um ciclo vicioso de controle e vigilância na escola resultando em censura. Experimentei a vivência como docente numa escola cívico-militar em 2022, que diferente das outras escolas públicas por onde passei nesses 11 anos de sala de aula, fui recepcionado no primeiro dia de aula com um aperto de mão da gestora e a fala: “prof., essa é uma escola cívico-militar. A partir de agora, deixe sua ideologia lá fora!”. Qual “ideologia” que ela estava querendo impor? Estou a pensar até hoje! A aprovação de um planejamento escolar nos princípios do PECIM passava pelo crivo da observação da equipe gestora. Não foram vedados os meus planejamentos durante o ano, mas esse exercício me fez pensar o que seria permitido e o que seria censurado numa escola cívico-





militar. Um planejamento didático-pedagógico é fundamental para o exercício docente. A liberdade de ensinar e as concepções pedagógicas, atributos constitucionais, são marcas identitárias da democracia. Diante do exposto, não só se leva em consideração o compromisso ético, responsável e humano que um/a docente tem que possuir ao fechar a porta de sua sala de aula, mas, esse processo gera inquietações e dúvidas do que pode ou não ser ensinado no PECIM. Professores/as também obedecem e baixam a cabeça. Gestores/as controlam e vigiam, bem como os monitores, professores e professoras, estudantes, pais e/ou responsáveis; ou seja, a escola é uma instituição de vigilância onde alguma pessoa será punida, excluída, submetida a exposição e descortinada de suas posições de mundo e realidade. A arquitetura da escola, aqui as cívico-militares, pode ser pensada simbolicamente como o Panóptico de Bentham, exemplo proposta por Foucault (1987, p. 165-166) de controle e vigilância do louco, do doente, do condenado, do operário e do escolar.

Uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; [...] dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas; [...] Basta então colocar um vigia na torre central; [...] daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação [...]

O cenário está posto: a sala da direção escolar é a torre que tudo vê; as celas são as salas de aula, uma do lado da outra com poucas janelas que acolhem a luminosidade externa; o vigia é o monitor, no caso das escolas cívico-militares. Tudo isso para amparar o poder hierárquico da instituição escolar e seus efeitos nos corpos em processo de escolarização.

Nas minhas vivências, os corpos em processo de escolarização, disciplinados, domesticados do PECIM batiam continência<sup>10</sup>, ora na entrada de cada professor/a em sala

---

<sup>10</sup> A continência é uma saudação militar, um sinal de respeito dado pelo militar individualmente a seus camaradas – superiores, iguais ou subordinados – às autoridades, aos símbolos nacionais. Disponível em:





de aula - uma forma de apresentação da turma para o/a docente em cada transição de aula. Os gritos da gestão que ecoavam na escola e os apitos assoprados com intensidade pelos monitores que mandavam os/as estudantes para dentro da sala de aula são dispositivos de poder. A regra é clara: obedecer e baixar a cabeça! Questionou ou fez expressões faciais de negação ou desleixo, enquadramento e punição!

### **Para não concluir**

As palavras que foram materializadas nesse texto pertencem às vivências, experiências e reflexões do autor que pertenceu a uma escola cívico-militar no ano de 2022, e buscou trazer para o debate a obra clássica *Vigiar e Punir*, de Foucault (1987). A obra citada é uma grande referência e foi um grande avanço para os estudos sobre os corpos vigiados, a disciplina, a punição, o poder etc., com especificidades do seu tempo.

“Vigiar e punir” é apresentado ao leitor como uma “história do presente”, mas Foucault não se aprofunda no significado desse termo, seja nesse livro ou em outro lugar. No entanto, nós podemos inferir desta análise do livro um pouco do que envolve uma “história do presente” e como ela se diferencia da análise histórica convencional. Nós também podemos inferir algo do significado do termo a partir de uma mudança explícita na autocompreensão acadêmica de Foucault, que ele realizou na mesma época: a saber, a mudança da “arqueologia” pela “genealogia” (GARLAND, 2014, p. 79)

É um texto que resiste no tempo presente à pedagogia militar de disciplinamento e domesticação de corpos diversos que pensam, atuam e se inserem no território escolar. São reflexões propositivas e reativas para o projeto de educação que se instaurou no país. Presenciamos nas subjetividades docentes e nas práticas pedagógicas os questionamentos aos saberes científicos, a implementação de uma cultura delatória que provocou no contexto social pânico, medo e limitações do que pode ser dito em sala de aula, a atuação

---

Mais oito escolas cívico-militares são anunciadas para SC; veja as cidades | NSC Total Acesso em: 20 dez. 2022.





de parlamentares contra alguns temas sensíveis e que são caros a disciplina histórica e tantas outras formas de violências, e sim, esta última no plural por designar camadas e estratos. Enquanto de um lado temos esse cenário colocado, no outro, existe uma intensa resistência a esses ataques ancorada nos princípios constitucionais. Vale dizer que, sobretudo, nesse percurso de abrir possibilidades para uma educação plural e diversa, atendendo todas as formas de ser, existir e pensar, não é tarefa fácil em tempos de ódio, *fake news*, PECIM e projeto de destruição do ensino público e laico, pois “ser voz democrática em sala de aula e que se pauta nos documentos vigentes da educação no Brasil, nos condiciona enquanto professores e professoras de História, especialmente da educação básica, a seguir um trajeto de pedras e espinhos, delícias e prazeres, dores e afetos, medo e insegurança, força e voz não calada” (FERNANDES, 2022, p. 129).

Insiro a premissa “para não concluir” porque esse não é o fim. O debate continua aberto, com fronteiras, margens, provocações combativas, interesses gerais e particulares, poderes estruturados em múltiplas esferas e inserções diretas de sujeitos comprometidos com a educação democrática. Identifico, a partir da minha experiência, na escola cívico-militar um laboratório das questões de gênero e sexualidade. Os moldes padronizados que formam um menino em homem, uma menina em mulher, não passam de cruéis expectativas de gênero, violências coercitivas. Será o caminho das armas, da disciplina militarizada, da ordem de um grupo específico e do ensino sem “ideologias” o ideário de uma sociedade mais justa, tolerante e humanizada? E por falar em projeto armamentista, muito dissolvido no debate público por Jair Bolsonaro, me faz pensar as masculinidades que são produzidas pelos artefatos pedagógicos da cultura visual bolsonarista, e como crítica, se faz quando “fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí sim saberemos que estamos realmente chegando em algum lugar”, comenta Connell (1995, p. 205).

Portanto, não finalizo, mas deixo questões que contribuem com o Ensino de História, campo de saber que tenho me debruçado a pesquisar e atuar: Pode o poder disciplinar contribuir e beneficiar os sujeitos em processo de escolarização? Pode o Ensino de





História acolher as emoções e subjetividades produzidas em sala de aula e reconfigurar, transformar o ensino-aprendizagem de diversos corpos, o conhecimento histórico escolar? O que se espera do Ensino de História e dos professores e das professoras de História no tempo presente, perante a pandemia que se estende, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Novo Ensino Médio, da tentativa de implementação do homeschooling? O que a pandemia nos indicou para a atuação com novas metodologias no Ensino de História? Pode a educação pública se efetivar na sua totalidade em instituições de ordem e poder militar? Quais obstáculos e desafios que o Ensino de História encontra no PECIM, ao se ancorar nos princípios democráticos constitucionais com pensamento crítico? E para não concluir (novamente, enfático), é importante remontar a música que introduz esse manuscrito, *Another brick in the wall*, e dizer que ela é um manifesto crítico da chamada neutralidade, e que não existe “doutrinação ideológica” quando reivindicamos a justiça social, os direitos humanos e a democracia. O ato pedagógico é um ato político!

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 de mar. de 2022.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2019. Disponível em: [D10004 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. **Guia de Comunicação Visual Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Defesa. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=191661-guia-de-comunicacao-visual-ecm-v2-compressed-1-2&category\\_slug=2020&Itemid=30192](http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191661-guia-de-comunicacao-visual-ecm-v2-compressed-1-2&category_slug=2020&Itemid=30192) Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. **Programa nacional das escolas cívico-militares: diretrizes das escolas cívico-militares**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 13 dez. 2022.





CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, p.185-206.

EIZIRIK, Marisa Faermann. **Michel Foucault: um pensador do presente**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

FERNANDES, Robson Ferreira. O que pode um cartaz discente sobre gênero e sexualidade falar resistir? Possibilidades de uma educação democrática e laica. In: BITTENCOURT, J.; FELIPPE, A. do P.; FERNANDES, R. F.; et al (Org). **Diálogos formativos: ProfHistória e o Programa Rede de Saberes**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 109-131.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. [16ª edição, 1997]

GARLAND, David. O QUE SIGNIFICA ESCREVER UMA “HISTÓRIA DO PRESENTE”? A ABORDAGEM GENEALÓGICA DE FOUCAULT EXPLICADA. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 6, n. 10, p. 73-96, jan./jun. 2014.

MATUOKA, Ingrid. As diferenças entre escola militar, cívico-militar e pública. **Centro de Referências em Educação Integral**, 18 set. 2019. Disponível em: [www.educacaointegral.org.br/reportagens/as-diferencas-entre-escola-militar-civico-militar-e-publica/](http://www.educacaointegral.org.br/reportagens/as-diferencas-entre-escola-militar-civico-militar-e-publica/) Acesso em: 13 dez. 2022.

MOURA, Rayane. Escola cívico-militar é uma opção para todo o país? Veja pros e contras. **Ecoa, UOL**, 03 dez. 2020. Disponível em: [www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm](http://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm) Acesso em: 13 dez. 2022.

OLIVEIRA, G. P.; CARNEIRO, M. G. G.; LUZ, W. B.; PINHO, B. B. B. PECIM: um modelo de gestão escolar de excelência para a educação básica. In: OLIVEIRA, G. P. de; OLIVEIRA, C. L. (Org.). **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares da concepção do modelo aos primeiros resultados: relatos e experiências de gestores, pesquisadores e educadores das escolas cívico-militares**. Brasília: IBICT, 2022, p. 15-41.

